

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA: GESTALT-TERAPIA E
ANÁLISE EXISTENCIAL

LUCIANA CÉLIA DA SILVA COSTA

REFLEXÕES SOBRE UMA PSICOLOGIA CLÍNICA ANTIRRACISTA

BELO HORIZONTE
2019

Luciana Célia da Silva Costa

REFLEXÕES SOBRE UMA PSICOLOGIA CLÍNICA ANTIRRACISTA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt-terapia e Análise Existencial da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Especialista em Psicologia Clínica.

Orientador: Professor Dr. André Luiz Freitas Dias.

BELO HORIZONTE
2019

150
C837r
2019

Costa, Luciana Célia da Silva.

Reflexões sobre uma psicologia clínica antirracista
[recurso eletrônico] / Luciana Célia da Silva Costa. - 2019.

1 recurso online (39 f.) : pdf

Orientador: André Luiz Freitas Dias.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em
Psicologia Clínica: Gestalt-terapia e Análise Existencial -
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.Psicologia clínica. 2.Antirracismo. 3.Saúde mental.
4.Racismo. I .Dias, André Luiz Freitas . II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA: GESTALT-TERAPIA E ANÁLISE EXISTENCIAL

Folha de Aprovação
REFLEXÕES SOBRE UMA PSICOLOGIA CLÍNICA ANTIRRACISTA
LUCIANA CÉLIA DA SILVA COSTA

monografia defendida e aprovada, no dia um de junho de 2019, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA: GESTALT-TERAPIA E ANÁLISE EXISTENCIAL da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

André Luiz Freitas Dias - Orientador
FAFICH/UFMG

Maria Madalena Magnabosco
FAFICH/UFMG

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2021.

Prof^ª. Dr^ª. Claudia Lins Cardoso
Coordenadora do Curso



Documento assinado eletronicamente por Valteir Gonçalves Ribeiro, Chefe de seção, em 20/12/2021, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Claudia Lins Cardoso, Professora do Magistério Superior, em 21/12/2021, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1158468 e o código CRC 72C8546D.

*Dedico esse trabalho à minha prima, irmã,
amiga, companheira de vida e de profissão,
Natália Silva Abranches (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à UFMG, instituição de ensino que está me proporcionando mais essa formação. Agradeço à Professora Dr.^a. Cláudia Lins e ao Professor Dr. José Paulo Giovanetti pelo empenho em realizar essa pós-graduação, e a todos os professores que lecionaram durante o curso.

Agradeço ao Professor Dr. André Luiz Freitas Dias pelo acolhimento e pela orientação.

Agradeço à Professora Dr.^a Maria Madalena Magnabosco por ter aceitado participar da banca e pela leitura cuidadosa.

Às colegas de curso pelas trocas nas aulas, nos intervalos e nos almoços. Esses momentos, ainda que poucos, fizeram muito sentido.

À Comissão do CRP Psicologia e Relações Étnico Raciais na qual (re)encontrei pessoas muito queridas, que pude compartilhar conhecimentos e experiências, em especial à Dalcira, Filipe, Thalita, Cristina e Suellen.

À Joice Pinheiro Santos pela escuta cuidadosa.

À COOPSEV e toda a equipe de supervisão, administrativa e financeira, consultores e parceiros. À Irani e à Izabela pela parceria na direção da cooperativa.

Aos meus avôs e avós, em especial à Maria Izidora, única presente fisicamente. À mãe Celinha e ao pai Raimundo. Ao Victor, meu companheiro. Aos irmãos Paulinho e Rodrigo e às cunhadas Cláudia e Joicy. À sobrinha Luna Maria, sobrinho João Paulo e afilhada Mariana. Às tias Dinha, Eliana, Heloísa, Ione, Rosângela e Virgínia. Às primas, primos, amigos e amigas.

Sou grata pelas parcerias. Meu caminho é mais suave com vocês.

RESUMO

O presente trabalho busca fazer uma reflexão sobre uma psicologia clínica antirracista. Para tanto, foram trazidos os conceitos de racismo e de branquitude, o contexto brasileiro de escravização das pessoas negras durante quase quatro séculos, bem como seu consequente abandono após a abolição. Ainda hoje vivemos reflexos dessa nossa história, sendo possível situar o racismo como estrutural no Brasil. A reflexão aqui proposta é abordar como essa estrutura racista pode atingir as pessoas negras, especificamente com relação à saúde mental das mesmas, e como essas demandas chegam à clínica psicológica. Com base na teoria da Gestalt-terapia, foram analisadas algumas situações a partir da prática clínica da autora e também da escrita literária. São poucos os estudos sobre o tema, denunciando o quanto as teorias psicológicas pouco se atentam ao sofrimento da população negra. O intuito desse trabalho não é o de trazer respostas, mas sim questionamentos, para possibilitar, cada vez mais, reflexões e práticas em relação à saúde mental da população negra.

Palavras chave: clínica antirracista; racismo; branquitude; saúde mental.

RESUMEN

El presente trabajo busca hacer una reflexión sobre una psicología clínica antirracista. Para ello, se trajeron los conceptos de racismo y branquitud, así como el contexto brasileño de esclavización de las personas negras durante casi cuatro siglos y el consiguiente abandono de las mismas después de la abolición. Aún hoy vivimos reflejos de nuestra historia, donde es posible situar el racismo estructural en Brasil. La reflexión propuesta es abordar cómo esa estructura racista puede alcanzar a las personas negras, específicamente en relación a la salud mental, y cómo esas demandas llegan a la clínica psicológica. Con base en la teoría de la Gestalt-terapia, se abordaron algunas situaciones a partir de la práctica clínica de la autora y también de la literatura. Son pocos los estudios sobre el tema, denunciando cuánto las teorías psicológicas poco se atentan al sufrimiento de la población negra. La intención de este trabajo no es el de traer respuestas, sino cuestionamientos para abrir cada vez más las posibilidades de reflexiones y prácticas en relación a la salud mental de la población negra.

Palabras clave: clínica antirracista; racismo; blancura; salud mental.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 RACISMO E BRANQUITUDE	14
2.1 RACISMO	14
2.2 BRANQUITUDE	21
3 REFLEXÕES SOBRE O RACISMO A PARTIR DE UMA CLÍNICA ANTIRRACISTA	25
3.1 A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA	25
3.2 O ATENDIMENTO A PESSOAS NEGRAS: ALGUMAS ESPECIFICIDADES DA PRÁTICA CLÍNICA ANTIRRACISTA	28
3.2.1 Saber-se negro/negra	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

REFLEXÕES SOBRE UMA PSICOLOGIA CLÍNICA ANTIRRACISTA

1 INTRODUÇÃO

Fanon (2008), importante teórico sobre o racismo, com uma visão psicológica (psicanalista), nasceu na Ilha da Martinica e estudou filosofia e psiquiatria na França. Ele se dedicou ao estudo sobre a negação do racismo na Europa no período pós Segunda Guerra Mundial. Sendo ele um homem negro que viveu na França e vivenciou o racismo nos países brancos, ressaltou que, ao escrever a obra *Pele Negra Máscaras Brancas*, não teve a intenção de ser objetivo, pois não seria possível sê-lo. Peço licença para tão descabida comparação, mas digo o mesmo para o presente trabalho, cujo tema é a reflexão de uma clínica psicológica antirracista. Esse tema surgiu de questionamentos a partir de minhas trajetórias acadêmica e profissional, por isso, conto aqui um pouco sobre a minha história.

Sou uma mulher negra, que estudou em escola pública durante todo o ensino fundamental e médio e que, para continuar os estudos, não tinha outra opção a não ser passar no vestibular para a universidade pública, considerando que meus pais não tinham condições de pagar uma faculdade particular.

Ainda não tínhamos conhecimento sobre os novos programas de governo que estavam iniciando, além do FIES. Estudei dois anos seguidos para compensar os anos que não tive aulas de química, física, história (dentre outras), pois alguns professores (as) haviam desistido da escola pública que é mesmo uma estrutura adoecedora para eles (elas), ou haviam aposentado sem que tivéssemos substitutos para reporem as aulas. Nos últimos três anos de escola, minha mãe me dizia: “Você tem que ser a melhor da turma e da escola”. Assim o fiz, mas tendo consciência que, mesmo dessa maneira, eu não estaria em condições de disputar uma vaga na Universidade pública com os alunos de escolas particulares.

Em 2005, após dois anos de cursinho preparatório para o vestibular, passei na UFMG para o curso de Psicologia que começaria no segundo semestre do ano seguinte. Nesse momento da minha vida entendia que existia o racismo, que era negra, mas não fazia a ligação entre estas questões e as situações do cotidiano. Não entendia como o racismo me atingia, nem quais eram as minhas estratégias de proteção.

Continuaria no ensino público, mas com um contexto completamente diferente do habitual da escola pública que havia presenciado desde então. Estava me inserindo em um contexto branco e elitizado. Lembro-me bem do primeiro dia de aula no auditório da Reitoria. Tivemos uma palestra de boas-vindas e um representante da Diretoria de Relações

Internacionais apresentou o programa de intercâmbio, ressaltando que as vagas eram perdidas porque os alunos não passavam nas provas de proficiência. O país mais procurado era Portugal pela facilidade da língua. Nesse dia decidi que iria fazer intercâmbio para a França e, na semana seguinte, matriculei-me no curso de francês de um programa das Ciências Sociais para alunos da Universidade, que tinha muitos alunos(as) por turma, mas o preço era acessível. Esse curso me possibilitou passar em duas provas de intercâmbio para duas cidades distintas na França. Optei pela cidade que ficaria mais tempo e durante um ano estudei Psicologia na *Université Pierre Mendès France*, na cidade de Grenoble. Fui a primeira de mais de trinta netos e netas, por parte materna e paterna, a passar em uma Universidade Federal e a primeira da família a fazer um intercâmbio.

Durante a graduação, tanto no Brasil quanto na França, não tive professores negros e a maioria dos meus colegas de turma era branca, de classe média alta ou de classe alta. Lembro-me de uma aula de sociologia, no primeiro período do curso, em que o professor perguntou quais alunos haviam feito intercâmbio. Mais da metade da sala levantou as mãos. Até aquele momento, isto é, durante o ensino fundamental e o ensino médio, essa possibilidade de intercâmbio era desconhecida pra mim.

Tenho outras duas lembranças da graduação que gostaria de citar. A primeira foi o meu estranhamento com algumas matérias, em especial Psicologia do Desenvolvimento e Testes Psicológicos. Nelas, todos os autores citados eram brancos, de países ricos e a população referenciada nesses estudos (que representava todos os seres humanos) era rica e branca. Apesar das adaptações feitas na aplicação desses testes e teorias, sempre me perguntava: como era possível replicá-los no Brasil?

Outra lembrança foi ao final do curso, quando precisávamos fazer os estágios. Estávamos em um grupo de alunos sentados na cantina esperando os resultados das seleções feitas pelos professores e um dos meus poucos colegas negros, o qual eu considero muito inteligente, chegou desapontado, pois não havia passado na seleção para um determinado professor, pela segunda vez. Havia tentado no semestre anterior e essa era sua última chance, pois precisava se formar. Estranhei essa recusa e propus analisarmos, rapidamente, quais tinham sido os alunos(as) aprovados naquela mesma seleção, nos últimos três semestres, bem como todos os orientandos(as) de mestrado e doutorado daquele professor. Sem nenhum espanto entendemos que tal professor não escolhera nenhum aluno negro. Acredito que não tenha sido uma escolha proposital, mas reflete muito a estrutura racista brasileira, como veremos nos próximos capítulos.

Concluí meu curso em seis anos, pois passei um ano na França. O intercâmbio sem bolsa somente foi possível pela melhora das condições financeiras dos meus pais, nesse período do país. Em seguida, fui para o mestrado em Psicologia Social, também pela UFMG, que concluí em 2016, dez anos após entrar na graduação.

Durante o mestrado, conversando com uma amiga, também negra, refletimos a falta de psicólogos(as) clínicos(as) negros(as). Precisava retomar a terapia, mas não encontrava profissional negro(a) para me atender. Continuamos a reflexão e percebemos que a escolha pela Psicologia Social, além da proximidade com os nossos temas de pesquisa, foi também pelo estranhamento que tivemos na Psicologia Clínica. Nunca nos víamos representada nas teorias: brancas e europeias ou norte-americanas. Sem contar com o elitismo do atendimento clínico presente no contexto brasileiro.

Desde então, me propus a voltar à Psicologia Clínica e, mais que ser uma psicóloga negra, intencionava ter uma prática antirracista, que faria sentido pra mim. De maneira intuitiva, pensando em como eu gostaria de ser representada, abri minha sala em um bairro periférico de Belo Horizonte, historicamente negro, onde minha mãe nasceu e onde atualmente é a sede da Guarda de Congo Feminina de Nossa Senhora do Rosário, da Irmandade os Carolinos e da Guarda de Moçambique do Divino Espírito Santo. Três grupos que mantêm importantes manifestações religiosas e culturais do povo negro mineiro.

Posteriormente, encontrei inúmeros psicólogos(as) e estudantes negros(as) na Comissão Psicologia e Relações Étnico-Raciais do CRP-MG. Lá estudamos sobre o tema, propusemos ações e compartilhamos vivências tanto na formação quanto na atuação da psicologia realizada pelos(as) profissionais negros(as). Esse grupo se tornou uma importante rede de apoio para as minhas práticas profissionais.

Com o intuito de aprofundar na Psicologia Clínica, decidi me inscrever, na seleção da primeira turma do Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt-terapia e Análise Existencial da UFMG. Como critério de finalização do curso, defendo a presente monografia, cujo objetivo é trazer uma perspectiva racial para a Psicologia Clínica, abordando conceitos importantes para entendermos tal temática, bem como expor e refletir sobre alguns processos psicológicos trazidos por pessoas negras na prática clínica.

Mais do que estudar a temática racial na clínica psicológica, o presente estudo possibilita que as pessoas negras sejam não somente objetos da pesquisa, mas também que produzam o conhecimento a partir de um *lugar de fala* (RIBEIRO, 2017) historicamente invisibilizado.

Dessa forma, além da autoria negra, utilizaremos, propositalmente, o maior número possível de autores e autoras negros(as) como referências, ressaltando que há pouquíssimos estudos sobre o tema na Psicologia Clínica, como veremos. Não temos a intenção de esgotar o tema ou de abordar todos os pontos importantes dessa discussão. O assunto é complexo e tem diversas especificidades que os limites de uma monografia não permitem alcançar. Foi preciso, portanto, fazer uma seleção dos temas abordados, deixando outros tantos, muito importantes, de fora.

Dessa maneira, no primeiro tópico, apresentamos o conceito de racismo juntamente com a história e o contexto brasileiro da população negra, bem como o conceito de branquitude, reafirmando a importância das pessoas brancas também se incluírem no processo das relações raciais ocorridas no Brasil. No segundo tópico, trazemos reflexões sobre uma clínica antirracista expondo o sofrimento psíquico causado pelo racismo e alguns processos psicológicos observados na prática clínica do atendimento a pessoas negras. Nas considerações finais, procuramos costurar os objetivos do trabalho aos conteúdos abordados.

2 RACISMO E BRANQUITUDE

2.1 RACISMO

Antes de apresentar as conceituações, ressalto a importância do estudo sobre o racismo na Psicologia, tendo como base o Código de Ética Profissional da psicóloga e do psicólogo e da Resolução do CFP nº 018/2002. Esta última instituiu as normas de atuação dos profissionais da psicologia quanto ao preconceito racial, contendo seis artigos. São eles:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo. Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia. Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo. Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial. Art. 5º - Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias. Art. 6º - Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial.¹

Ora, se o profissional da psicologia não souber o que é o racismo e nem como ele se manifesta socialmente, como poderá agir de acordo com a resolução supracitada?

O tema ainda é muito pouco abordado na grade curricular dos cursos de Psicologia e nas pesquisas acadêmicas (RIBEIRO, 2017, TAVARES; OLIVEIRA; LAGES, 2013). Segundo Schucman (2012, p. 15) “A formação de psicólogos ainda está centrada na ideia de uma humanidade universal e de um desenvolvimento do psiquismo humano igual entre os diferentes grupos racializados”. O resultado pode ser a falta de preparo dos profissionais da psicologia para lidar com o racismo na prática profissional.

Na tentativa de agregar aos que também estão no movimento de romper com essa falha nos estudos sobre o racismo na Psicologia, traremos brevemente os conceitos de raça, etnia, racismo e branquitude, pois julgamos serem importante para o estudo em questão.

O termo raça nem sempre é bem visto nas discussões sobre racismo. É comum o argumento que não existem raças humanas. De fato, se pensada somente a questão biológica, não faz sentido utilizarmos o termo raça quando estamos lutando contra o racismo. Mas é importante entender as aplicações de uso dessa palavra. No contexto nazista, por exemplo, o

¹ Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF - Acesso em: 04/08/2019.

termo raça era utilizado em relação ao biológico. Nele, a raça ariana era tida como superior às outras e isso justificou o genocídio de inúmeras pessoas. Segundo Gomes (2005), no Brasil, ao utilizarmos raça para nos referirmos às relações entre pessoas brancas, negras, amarelas e indígenas é necessário entendermos o sentido e o contexto em que esse termo está sendo empregado. A autora elucida que

O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas. (GOMES, 2005, p. 45).

Dessa maneira, entendemos que o termo raça no contexto brasileiro é uma construção social, política e cultural que segrega as relações, determinando brancos como superiores a negros e a indígenas. Por isso, há a importância de utilizá-lo, pois, assim, estamos denunciando essa segregação das relações.

É comum a utilização do termo etnia no lugar do termo raça, no sentido de desvincular a questão biológica que a palavra raça carrega. Podemos entender etnia como “um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e territórios” (BOBBIO, 1992, p. 449 apud GOMES, 2005, p.50). Para o presente trabalho iremos utilizar ambos os termos, expressos pelo sintagma étnico racial, pois entendemos que os dois são importantes para as discussões e que não precisamos negar um para utilizar o outro. Focaremos nas relações entre pessoas brancas e pessoas negras, mas entendemos que a população indígena também sofre e é vítima de racismo no contexto brasileiro. Lamentamos não termos a possibilidade nem os recursos necessários para abordar também o racismo contra os povos indígenas.

Passamos para o conceito de racismo que, neste trabalho, escolhemos trazer de autores da Psicologia Social. Lima e Vala (2004) dizem que:

O racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa, a qual é re-significada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento. (LIMA; VALA, 2004, p. 402)

Ou seja, a marca física externa, a cor da pele negra (independentemente da tonalidade: desde as peles negras claras, até as peles negras retintas), pode implicar na percepção da pessoa (ou do seu grupo social) como preguiçoso, agressivo, alegre (dentre muitos outros). Tais qualificadores negativos, no entanto, acabam por representar a marca cultural interna dos indivíduos negros. Dessa maneira, o cultural é incorporado socialmente às pessoas e aos grupos aos quais pertencem de tal modo que passam a ser considerados como biológicos.

É comum ouvirmos, no cotidiano, que as pessoas negras são mais fortes, apesar de biologicamente não haver nenhum indício de que isso seja uma verdade. Se pensarmos no contexto de quase quatrocentos anos de escravidão no Brasil, o argumento de que as pessoas negras são mais fortes era uma das justificativas para que elas fossem as pessoas certas para o trabalho braçal forçado.

Podemos ver as expressões do racismo sobre vários aspectos. Na tentativa de implicar as psicólogas e os psicólogos nas discussões sobre o assunto, o Conselho Federal de Psicologia (2017) lançou o documento “Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas/os”, contextualizando o racismo brasileiro e refletindo sobre a atuação profissional da nossa categoria profissional. Por uma questão didática, foram divididas em três as expressões do racismo, sendo: pessoal ou internalizado, interpessoal ou intersubjetivo e institucional.

O racismo pessoal ocorre quando pessoas negras e pessoas brancas interiorizam o racismo de forma que passam a agir como se a estrutura social racista fosse uma verdade, na qual pessoas brancas são tidas como superiores às pessoas negras. É comum pessoas negras terem baixa autoestima, ou não se acharem capazes de ocupar determinados cargos, historicamente ocupado por pessoas brancas. Já as pessoas brancas podem utilizar de seus privilégios para reforçar as estruturas racistas, se colocando como superiores (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017).

O racismo interpessoal ocorre quando, nas interações sociais, pessoas negras são tratadas de forma diferente, vistas como não capazes ou como inferiores. Essas relações acontecem desde ambientes profissionais, estudantis, espaços públicos, até nas relações familiares (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017). Um exemplo é quando psicólogas(os) não reconhecem o sofrimento psíquico das pessoas negras decorrentes do racismo que foram vítimas.

O racismo institucional refere-se ao nível estrutural das instituições e ocorre quando as prioridades e as escolhas da gestão privilegiam os grupos de pessoas não negras em detrimento dos grupos de pessoas negras. Dessa forma, esse último grupo não consegue ter

acesso a direitos, sendo, assim, negligenciados (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017).

Um exemplo de racismo institucional é o aumento do número de homicídio de mulheres negras brasileiras entre os anos de 2003 e 2013, sendo que houve a diminuição do número de homicídio de mulheres brancas nesse mesmo período (WAISELFISZ, 2015). Somado a isso, ainda há a pouca representatividade das pessoas negras nos cursos de ensino superior, considerando que “o número de negras(os) na universidade [...] é inversamente proporcional a seu quantitativo populacional, uma vez que a sociedade brasileira é formada por uma maioria negra” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017, p. 51).

Há também o racismo ambiental, termo surgido no contexto norte americano da década de 1970 e nacionalmente definido por Pacheco (2006) como

[...] injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas [...]. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (PACHECO, 2006, s.p. apud FILIPPIN; FILIPPIN, 2007, p. 521-536)

No Brasil, o racismo ambiental pode ser visto nos conflitos ambientais vivenciados pelas comunidades quilombolas, indígenas, “ribeirinhos, quebradeiras de coco, geraiszeiros, marisqueiras, caiçaras e às populações étnicas vulnerabilizadas” (RABELO, 2010, p. 306) tendo como agentes das violências as instituições públicas ou privadas. Alguns exemplos desses conflitos podem ser observados na

[...] Amazônia, com a proliferação dos garimpos; nas grandes cidades, envolvendo o Estado; a especulação imobiliária e os movimentos populares relacionados ao direito ao uso e ocupação do solo; a instalação de projetos hidroagrícolas no vale do São Francisco e no polígono das secas (Nordeste), envolvendo as populações locais e o Estado no processo de implantação e execução dos projetos; a transposição do Rio São Francisco; e em vários estados do Brasil, a luta de índios e quilombolas para terem suas terras demarcadas. (RABELO, 2010, p. 302-303).

Esse contexto de racismo em que vivemos atualmente no Brasil é resultado da longa história de colonização e escravização dos povos negros africanos e dos indígenas pelos europeus. Trinta anos após terem chegado ao Brasil pela primeira vez, os brancos já traziam à força os negros africanos para o trabalho escravo. Em 1535 o comércio de pessoas africanas

estava consolidado e regulamentado, o que permitiu um rápido aumento do número de pessoas escravizadas (NASCIMENTO, 2017). Segundo Mbembe (2018, p. 14)

[...] em proveito do tráfico atlântico (do século XV ao XIX), homens e mulheres originários da África foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda. Aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, hostilmente predispostos contra eles, deixando assim de ter nome ou língua própria. Apesar de a sua vida e o seu trabalho serem a partir de então a vida e o trabalho dos outros, com quem estavam condenados a viver, porém proibidos de manter relações como có-humanos, nem por isso deixariam de ser sujeitos ativos.

Desde esse início, os brancos criavam teorias mentirosas para justificar a escravização dos africanos, revertendo a situação de tal maneira que os portugueses, no caso do Brasil, se passavam como os benevolentes que estavam salvando as pessoas negras. Com isso, foi-se acreditando em alguns mitos que ainda hoje são insistentemente repetidos ao serem contados na história do Brasil. Com base em Nascimento (2017) cito dois desses mitos: o mito do senhor de escravo benevolente e o mito da democracia racial.

O mito do senhor de escravo benevolente é contado como se a escravidão no Brasil tivesse sido mais branda. Como se os senhores brancos não fossem tão cruéis com os negros escravizados. Segundo o autor:

Proprietários e mercadores de escravos no Brasil, a despeito das várias alegações em contrário, em realidade submetem seus escravos africanos ao tratamento mais cruel que se possa imaginar. Deformações físicas resultantes de excesso de trabalho pesado; aleijões corporais consequentes punições e torturas, às vezes de efeito mortal para o escravo – eis algumas das características básicas da ‘benevolência’ brasileira para com a gente africana. (NASCIMENTO, 2017, p.69).

O outro mito, da democracia racial, abrange a crença de que não há distinção entre as etnias e raças, sendo que todas convivem de maneira harmônica no Brasil e têm as mesmas oportunidades. Esse conceito foi, de acordo com o pesquisador, motivo de orgulho nacional, mostrando o quão pacífico o país é. O mito da democracia racial deve ser entendido como:

[...] a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. (NASCIMENTO, 2017, p. 111).

Algumas instituições contribuíram para que o mito da democracia racial se perpetuasse no imaginário nacional até os dias atuais, sendo elas as Igrejas Católica e

Protestante e a Ciência, tendo como alguns de seus representantes o sociólogo Gilberto Freyre e o psiquiatra Nina Rodrigues.

Essa dificuldade dos brasileiros de assumirem o racismo no país, tendo como apoio a crença no referido mito da democracia racial, caracteriza o racismo brasileiro como cordial (LIMA; VALA, 2004). Nesse caso, o racismo não é explícito e quase sempre é negado, com alguma justificativa, tal como: foi somente uma brincadeira; o fato da vítima ter sido negra foi somente uma coincidência, dentre outras. O escritor brasileiro Nelson Rodrigues, diz que “Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas, como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior. Nós o tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite”. (RODRIGUES apud NASCIMENTO, 2017, p. 92).

Se analisarmos os números e as estatísticas recentes sobre a população negra brasileira, veremos que o racismo no país não tem nada de cordial nem de sutil. Ele é impetuoso e atinge de maneira cruel as pessoas negras, como veremos em seguida.

O Mapa da Violência de 2015 apurou os números de homicídios de mulheres entre os anos de 2003 a 2013 no Brasil. No período analisado, constatou-se que o número de homicídios de mulheres brancas diminuiu em 9,8%, passando de 1.747 para 1.576 vítimas, enquanto os homicídios de mulheres negras aumentou 54,2%, passando de 1.864 para 2.875 vítimas, como já citamos. É uma drástica diferença que não é por coincidência da cor das vítimas, mas por consequência do racismo. Outro dado trazido pelo Mapa de 2015 é que, em comparação a outros países, com uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, o Brasil ocupa o 5º lugar em um grupo de 83 países. Somente El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa têm taxas mais elevadas que as nossas. Em comparação aos países com as menores taxas, tem-se que o Brasil apresenta “48 vezes mais homicídios que o Reino Unido; 24 vezes mais que Irlanda ou Dinamarca; 16 vezes mais que Japão ou Escócia.” (WAISELFISZ, 2015, p.27).

Já o Mapa da Violência de 2016 apurou os números de homicídios por armas de fogo no Brasil abrangendo dados coletados desde a década de 1980 até o ano de 2014. No período analisado, era alto o arsenal de posse de armas de fogo pela população. Proporcional ao número de armas de fogo são as mortes causadas por elas. “As vítimas passam de 8.710, no ano de 1980, para 44.861, em 2014, o que representa um crescimento de 415,1%.” (WAISELFISZ, 2016, p. 15). Temos que considerar que a população cresceu nesse período cerca de 65%, mas, ainda que descontado esse aumento, a relação entre as armas de fogo e as mortes prossegue elevada. De acordo com esse documento, são poucas as fontes e as

possibilidades de estudar a relação entre as mortes por armas de fogo e a cor das vítimas. Entre 2003 e 2014 é possível ver que o número de homicídio da população branca diminuiu 26,1%, passando de 13.224 para 9.766, enquanto o da população negra aumentou 46,9%, passando de 20.291 para 29.813 (WAISELFISZ, 2016).

Segundo o Atlas da Violência de 2017, a “cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra” (p.30). No período entre os anos de 2005 e 2015 constatou-se que a pessoa negra tem 23,5% maior de chance de ser vítima de assassinato do que uma pessoa não negra.

De acordo com o Índice de vulnerabilidade juvenil à violência de 2017, dentre as 27 unidades da federação brasileira, em 24 delas “a chance de um jovem negro morrer assassinado é maior do que a de um jovem branco.” (p.28).

O Atlas da Violência de 2018 (p. 41) conclui que

[...] a desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de segurança. Os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros. Por sua vez, os negros são também as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil.

Nesse mesmo documento, ainda são confirmados os índices anteriores, de que a taxa de homicídio entre as mulheres negras é maior do que a taxa em mulheres brancas.

O resultado dos números de homicídio que incide sobre a população negra brasileira nesses últimos anos é assustador, não cabendo nenhum tipo de justificativa que amenize a situação. Em 2019 estamos somente a 131 anos da abolição. Foram 358 anos de escravidão no Brasil, quase 4 séculos. Todos esses anos de escravidão das pessoas negras pelas pessoas brancas refletem, de várias formas, em seus descendentes geração após geração.

Os reflexos são não somente entre os descendentes negros, mas também entre os descendentes brancos. Incluir as pessoas brancas nas questões raciais do Brasil é no mínimo honesto, considerando que estamos falando de relações étnico-raciais e ser branco também é pertencer a uma etnia/raça. Para entender melhor sobre isso iremos abordar, no próximo tópico, sobre a branquitude.

2.2 BRANQUITUDE

Definir branquitude não é algo simples. Têm-se vários conceitos sociológicos que estão implícitos nessa definição, como etnia, raça, cor e cultura, além do contexto social ao qual se faz referência. Ser branco no Brasil é diferente de ser branco nos Estados Unidos, que é diferente de ser branco na África do Sul.

No Brasil, o que importa é como a pessoa é lida socialmente a partir da sua cor, ou seja, da sua aparência, já nos Estados Unidos o que importa é a origem étnica e genética e na África do Sul tanto a origem genética, como a aparência são importantes (SCHUCMAN, 2012). Para o presente trabalho traremos uma definição que leve em consideração o contexto brasileiro. Assim, podemos entender branquitude como “os traços da identidade racial do branco brasileiro, a partir das ideias sobre branqueamento” (BENTO, 2003, p.25). Pensar em branqueamento é entender que há um padrão a ser seguido, que é imposto: o branco europeu.

No Brasil, após a abolição, enquanto os negros foram abandonados pelo poder público que não se preocupou com moradia, educação e alimentação para essa população, foram criadas políticas de imigração, pelo Estado Brasileiro, que almejavam a vinda de imigrantes europeus brancos. O intuito era o de embranquecer a população, que era de maioria negra. Isso foi corroborado não somente pelo Estado brasileiro, mas também pela ciência, pelas artes e pela imprensa. (NASCIMENTO, 2017 e BENTO, 2003).

Tanto Bento (2003) quanto Nascimento (2017) afirmam que acreditava-se que o branco era superior e que o caminho futuro da população brasileira seria o de embranquecer com a chegada dos imigrantes brancos, concomitantemente com a morte da população negra pela miséria e pela violência. Bento (2003) acrescenta que havia medo, por parte dos brancos, com relação ao grande número de negros no país nesse período. A imigração europeia trouxe para o Brasil quase 4 milhões de imigrantes em um período de 30 anos. Esse número foi o equivalente ao de africanos trazidos em quase 4 séculos, segundo os poucos registros e estimativas que se encontram.

Quando tratamos sobre o racismo no Brasil, o assunto recai sempre sobre as pessoas negras, uma vez que são elas que são estudadas, que problematizam tais estudos e que sofrem o racismo. Há grande silenciamento ou omissão quanto ao papel das pessoas brancas nas relações raciais brasileiras (BENTO, 2003).

Falar de branquitude é analisar criticamente esse lugar e entender que “a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema

exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado.” (BENTO, 2003 p.26).

Assim, quando falamos sobre a escravidão no Brasil e suas consequências na sociedade atual, estamos também falando das pessoas brancas. O legado da escravidão para os brancos no Brasil é o que chamamos de privilégio. Ser uma pessoa branca no Brasil é ter privilégios. Não estamos negando os preconceitos de classe sofridos por pessoas brancas e pobres. Estamos entendendo que não é somente uma questão de classe, mas também uma questão étnico racial quando nos referimos às pessoas negras e pobres. Se fossem somente uma questão de classe, as pessoas negras e ricas não sofreriam preconceito no Brasil, mas o que vemos acontecer cotidianamente não é isso. Pessoas negras de classe alta sofrem racismo por estarem em lugares historicamente ocupados por pessoas brancas. Veremos um pouco mais sobre isso nos próximos tópicos.

Bento (2003) traz algumas fases do processo de compreensão de pessoas brancas, que vai da negação do racismo até se entenderem brancas em uma estrutura racista. No primeiro momento de negação, não há consciência da estrutura racista em que se vive, a pessoa branca compartilha com seus grupos sociais os estereótipos mais frequentes atribuídos às pessoas negras. Então, sentem medo, podendo ter também certo estranhamento, no sentido de uma curiosidade quanto a essas pessoas vistas como primitivas e/ou exóticas. Alguns comentários podem aparecer nesse momento, como “é negro, mas é bonito/legal”. Na medida em que a pessoa branca começa a se entender branca em uma sociedade estruturalmente racista, o processo se complexifica, podendo aparecer a vergonha, pois ela entende que seu grupo social foi responsável pelas crueldades da escravidão, e, ainda, a culpa e a raiva, por a pessoa entender que faz parte de um grupo social privilegiado. Um jeito de fugir desses sentimentos é negando o racismo ou colocando a culpa dele nas pessoas negras. Assim, a pessoa branca retira as próprias responsabilidades nesse processo de se entender branca em um contexto racista. Mas há quem, desconfortável com essas relações, ao invés de negar o racismo e sua parcela de responsabilidade no processo, assume-o e começa a buscar novas maneiras de ser branco.

Schucman (2012), em sua tese, começa se localizando enquanto uma mulher branca que decide romper com o silêncio em torno dos seus privilégios. Ela, que vem de uma família judia, relata:

[...] o racismo em que fui criada não se dava pelo ódio aos negros, mas também racista, foi a forma como os brancos de minhas relações sociais e eu representávamos os ‘outros’ negros: com pena, com dó, com ausência. Quer dizer:

nosso racismo nunca impediu que convivêssemos com os negros ou que tivéssemos relações de amizade e/ou amorosas com eles. No entanto, muitas vezes essas eram relações em que os brancos se sentiam quase como fazendo ‘caridade’ ou ‘favor’ de relacionar-se com os negros, como se com a nossa branquitude fizéssemos um favor de agregar valor a eles, porque, afinal, estávamos permitindo aos negros compartilhar o mundo de ‘superioridade’ branca. Ou seja, mesmo tendo crescido em um ambiente onde a luta contra opressão, discriminação e desigualdades era a pauta de discussões na família, na escola e nas relações de amizade, fui socializada e constituída como branca com um sentimento de ‘superioridade’ racial tão maléfico quanto o racismo daqueles que acham que os negros são inferiores biológica e moralmente. (SCHUCMAN, 2012, p.13-14)

A partir da consciência do próprio racismo e da pertença a um grupo socialmente privilegiado e favorecido nessa estrutura de relações, Schucman (2012) decidiu estudar a construção da identidade branca na cidade de São Paulo. A autora traz dois tipos de privilégios compartilhados pelas pessoas brancas: os privilégios materiais e os privilégios simbólicos.

Quanto aos privilégios materiais, “há para os brancos mais facilidades no acesso à habitação, à hipoteca, à educação, à oportunidade de emprego e à transferência de riqueza herdada entre as gerações.” (SCHUCMAN, 2012, p.25). Segundo pesquisa de Adorno (1995, s.p. apud SCHUCMAN, 2012) que comparou réus negros e brancos na cidade de São Paulo, que cometeram os mesmos crimes, 59,4% dos brancos observados foram condenados, enquanto 68,8% dos negros foram condenados. Esses números conversam com os números da violência sofrida pela população negra no Brasil, como visto anteriormente.

Os privilégios simbólicos incluem atribuir inteligência, capacidade, beleza, educação, superioridade às pessoas brancas de forma automática. Algumas questões podem ajudar a refletir sobre esses privilégios da branquitude, são elas:

Posso estar segura de que meus filhos vão receber matérias curriculares que testemunham a existência da sua raça; Se eu usar cheques, cartões de crédito ou dinheiro, posso contar com a cor da minha pele para não operar contra a aparência e confiança financeiras; Não preciso educar os meus filhos para estarem cientes do racismo sistêmico para a sua própria proteção física diária; Nunca me pedem para falar por todas as pessoas do meu grupo racial; Eu tenho bastante certeza de que, se peço para falar com a ‘pessoa responsável’, eu vou encontrar uma pessoa da minha raça; Posso voltar para casa da maioria das reuniões das organizações às quais pertencço e sentir-me mais ou menos conectada, em vez de isolada, fora de lugar, ser demais, não ouvida, mantida à distância, ou ser temida; Posso me preocupar com racismo sem ser vista como auto interessada ou interesseira; Posso escolher lugares públicos sem ter medo de que pessoas de minha raça não possam entrar ou vão ser mal tratadas nos lugares que escolhi; Posso ter certeza de que, se precisar de assistência jurídica ou médica, minha raça não irá agir contra mim (MCINTOSH, 1989; CARDOSO, 2008 apud SCHUCMAN, 2012, p.28).

As pessoas brancas, somente pelo fato de serem brancas, automaticamente usufruem desses privilégios, mesmo que conscientes da estrutura racial a qual estão inseridas, pois elas são tratadas dessa forma. Assim como acontece com a pessoa negra que, ainda que negue o racismo, não deixa de sofrê-lo. Tanto o racismo quanto a branquitude são questões estruturais da nossa sociedade, por isso, indivíduos que pertencem a esses grupos, por mais que tenham consciência da estrutura, não deixam de vivenciá-los.

Ao falarmos sobre o privilégio das pessoas brancas, não estamos negando o sofrimento ou as dificuldades vivenciadas por elas. Não podemos medir o sofrimento das pessoas e muito menos desqualificá-los por conta da cor. O que estamos dizendo é que pessoas brancas vivem uma vida sem sofrer o racismo, que no Brasil atinge a população negra e indígena de forma cruel.

Após esse breve apanhado sobre racismo e branquitude no contexto brasileiro, partimos para o próximo tópico, no qual trataremos reflexões sobre o sofrimento mental das pessoas negras e o atendimento clínico psicológico a esse grupo.

3 REFLEXÕES SOBRE O RACISMO A PARTIR DE UMA CLÍNICA ANTIRRACISTA

3.1 A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA

A falta de estudos e de uma prática clínica sobre a saúde mental da população negra, como veremos nesse capítulo, reflete o que acontece em um cenário maior. A saúde da população negra é historicamente negligenciada no Brasil. Todas as conquistas nesse campo devem-se às reivindicações dos movimentos sociais, especialmente os movimentos negros e aos movimentos de mulheres negras que estavam presentes logo após a abolição, conseguindo se intensificar “na segunda metade do século XX, com forte expressão nos movimentos populares de saúde, chegando a participar dos processos que geraram a Reforma Sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde” (WERNECK, 2016, p. 536). Mas, mesmo com esses movimentos, ainda assim não foi garantido o atendimento à população negra. Foram precisas mais reivindicações, que continuaram gerando mais conquistas. Em 1995 ocorreu a Marcha Nacional Zumbi do Palmares, que resultou na criação do “Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), reunindo ativistas, pesquisadores e representantes do governo para a formulação de propostas de ação governamental” (WERNECK, 2016, p. 537). A partir da criação desse grupo, ocorreram outros movimentos, resultando em um início das propostas de mudanças no cenário, para que a saúde no Brasil abrangesse a população negra. Exemplos de propostas de modificação foram a “inserção do quesito raça/cor na Declaração de Nascidos Vivos e de Óbitos; a criação do Programa de Anemia Falciforme (PAF) e a detecção precoce da doença via triagem neonatal a partir do Programa Nacional a ser criado” (WERNECK, 2016, p. 537).

Essas propostas foram levadas pelo Governo brasileiro em 2001 para a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida na África do Sul e organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas). A partir dessa Conferência, ocorrem outros encontros para a discussão do tema em outros países da América Latina, como no Brasil, resultando no documento “Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade”. Com base em todo esse caminho, foi possível, então, propor uma Política Nacional diretamente ligada à saúde da população negra, que propunha a produção do conhecimento científico, a capacitação dos profissionais da saúde, a informação à população e a atenção à saúde. (WERNECK, 2016)

Assim, no ano de 2006 foi aprovada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) visando “combater a discriminação étnico-racial nos serviços e atendimentos oferecidos no Sistema Único de Saúde, bem como promover a equidade em saúde da população negra” (p.9), sendo instituída pelo Ministério da Saúde no ano de 2009 (GOUVEIA; ZANELLO, 2018). Entretanto, mesmo com essa aprovação, não ocorreu a adesão necessária para que houvesse mudanças na prática da saúde. “Como resposta, as mobilizações inseriram seus objetivos no corpo da Lei nº 12.288/2010 (BRASIL, 2010) aprovada pelo Congresso Nacional em 2011” (WERNECK, 2016, p. 539). Dessa maneira, a atenção à saúde da população negra começou a ser regularizada por lei federal, com o intuito de fortalecer as estratégias para a adesão das políticas necessárias.

Como o cenário apresentado na área da saúde, é possível ver que a Psicologia Clínica também não fica de fora dessa negligência quanto às especificidades da população negra no contexto brasileiro. O racismo, nas variadas formas de expressão, traz grande sofrimento para a população negra. O preparo dos profissionais da saúde é de extrema importância para o acolhimento das pessoas em sofrimento e para a não repetição do racismo na prática clínica. Tavares (2017) aborda a invisibilidade sobre as mortes por suicídio que ocorrem na população negra. Para a autora, as causas dessa situação se dão pelo racismo estrutural e institucional que não levam em consideração o sofrimento físico, psíquico e social dessa população.

Retomando a história do racismo no Brasil, o suicídio era uma das estratégias de resistência dos negros à escravidão que lhes era imposta (NASCIMENTO, 2017). Aliás, muitas foram as formas de resistência, mas pouco as sabemos ou as estudamos, pois nos foi retirado o direito de conhecer a história das pessoas escravizadas a partir da perspectiva delas.

De acordo com Nascimento (2017), o banzo era uma outra resposta à violência sofrida, compreendida como uma forma pacífica de ir contra o sistema escravocrata. “O africano era afetado por uma patética paralisação da vontade de viver, uma perda definitiva de toda e qualquer esperança. Faltavam-lhe as energias, e assim ele, silencioso no seu desespero crescente, ia morrendo aos poucos, se acabando lentamente.” (p.71). O banzo era um sofrimento mental causado pela extrema violência da escravidão a qual era submetida a população negra. Entretanto, ele não é abordado nos estudos de saúde mental dos(as) brasileiros(as). Segundo Gouveia e Zanello (2018, p. 452) “o sofrimento de minorias raciais e étnicas permaneceu alheio à construção do conhecimento, às ciências humanas, por tempo demasiado longo”, devido às teorias eugenistas do final do século XIX.

Eram feitas associações entre raça, caráter e tipos de doenças mentais a que as pessoas analisadas eram suscetíveis. Dessa maneira, a população negra era destinada à loucura, pois além de ser considerada inferior, era também tida como defeituosa:

Por meio das concepções eugenistas, estava, portanto determinado, preparado e justificado o tratamento a ser dado ao sofrimento psíquico do negro, uma vez que não havia como interferir na etnia das pessoas, na sua destinação à degeneração e à loucura. É válido supor que o pensamento eugenista não considerava que o negro passasse por sofrimento algum: ele apenas seguia seu destino determinado por sua genética. (GOUVEIA; ZANELLO, 2018, p. 452)

Além disso, com o mito da democracia racial predominando nas ciências e nas práticas de psiquiatria, não fazia sentido estudar a saúde mental da população negra se essa população era tida como igual a todo o restante da população brasileira, como se fôssemos uma grande mistura homogênea. Assim, a relação entre raça e saúde não foi lembrada nos estudos brasileiros durante muitos anos (GOUVEIA; ZANELLO, 2018).

A psicanalista Souza (1990, p. 17) ressalta a “precariedade, no Brasil, de estudos sobre a vida emocional dos negros e na absoluta ausência de um discurso, a esse nível, elaborado pelo negro, a cerca de si mesmo”. Munanga (2013) afirma que as pessoas negras recebem pouca atenção das Psicologias Clínicas quanto às consequências psíquicas do racismo sofrido.

Comprovando a ausência dos estudos sobre o tema na psicologia clínica, Martins, Santos e Colosso (2013 apud GOUVEIA; ZANELLO, 2018, p. 453) “encontraram apenas um artigo na área clínica (psicanálise), do total de 42 artigos. A tendência da disciplina é europeizante e arianizante na totalidade de seus modelos”. Em um estudo mais recente, Gouveia e Zanello (2018) também pesquisaram artigos científicos publicados em duas plataformas (SciELO e Lilacs) durante o período de 1999 a 2014. Numa primeira busca foram encontrados 509 trabalhos. Contudo, após as análises e filtros da pesquisa, somente 19 artigos restaram sobre o tema da saúde mental da população negra.

Há, portanto, um longo caminho a ser percorrido para que as questões da saúde mental da população negra sejam amplamente abordadas nas ciências de uma maneira geral e na Psicologia Clínica especificamente. Com o intuito de contribuir minimamente com o assunto, passemos para as reflexões propostas à partir do atendimento clínico a pessoas negras.

3.2 O ATENDIMENTO A PESSOAS NEGRAS: ALGUMAS ESPECIFICIDADES DA PRÁTICA CLÍNICA ANTIRRACISTA

Partimos para a reflexão proposta no presente trabalho, que é identificar alguns processos psicológicos que estão envolvidos na dinâmica das vidas de pessoas negras inseridas em uma sociedade estruturalmente racista. Portanto, questionamo-nos: Como o racismo atinge essas pessoas? Como os relatos de racismo aparecem na prática clínica psicológica?

Começamos por um breve apanhado sobre a Gestalt-terapia, teoria que baseia as reflexões aqui propostas. Ela foi cunhada por Fritz Perls que examinou “criticamente alguns pressupostos de várias correntes filosóficas e psicoterapêuticas, compondo um novo sistema coerente e integrado sobre a natureza humana, seu funcionamento e métodos de intervenção terapêutica” (CARDOSO, 1999, p. 49). Os pressupostos filosóficos, ou seja, a concepção de ser humano da Gestalt-terapia está baseada em três grandes teorias, sendo: o Humanismo, de Rogers e Buber; o Existencialismo, de Heidegger e a Fenomenologia, de Husserl. A fundamentação teórica está baseada na teoria organísmica de Kurt Goldstein, na teoria de campo de Kurt Lewin, e na Psicologia da Gestalt de Max Wertheimer, Wolfgang Kohler e Kurt Koffka.

O sentido dialógico e relacional da Gestalt-terapia na abordagem fenomenológica existencial é explicado por Hycner e Jacobs (1995, p. 31) da seguinte maneira:

A psicoterapia dialógica define-se basicamente por uma abordagem, atitude ou postura em relação à existência humana em geral, e ao processo de psicoterapia em particular. É ‘um modo de ser’. Nunca poderá haver uma afirmação final e total na abordagem dialógica. Por sua própria natureza, é sempre um processo em andamento, exigindo respostas únicas para situações únicas. No âmago dessa abordagem reside a crença de que a base última de nossa existência é relacional ou dialógica por natureza: somos todos fios de um tecido inter-humano.

Dessa maneira, a psicoterapia aqui abordada é dialógica, pois acontece na interação, no “entre” do encontro entre psicoterapeuta e cliente. E é relacional, pois somos seres de relação e estamos inseridos em um todo, em um contexto. Por isso, há a importância de entendermos as relações raciais no contexto brasileiro, para que o “entre” do processo psicoterápico seja o mais sincero possível, sem negar que as posições sociais e as etnias/raças dos profissionais e dos atendidos tenham relevância no processo, pois não estamos em relações neutras.

O ser humano é, portanto, um ser-no-mundo que, segundo Augras (2012, p. 23) “significa existir para si e para o mundo, não apenas o mundo da natureza, configurado em

termos humanos, mas também, é claro, o mundo social em que o ser com os outros assegura a realidade no modo da coexistência.”.

Como método, a psicoterapia relacional dialógica utiliza a fenomenologia que, muito antes de ser utilizada dentro de algumas abordagens psicoterapêuticas, foi pensada e desenvolvida pelo matemático Husserl, o qual buscava uma alternativa metodológica aos paradigmas naturalistas de sua época, tais como o positivismo e o empirismo. Husserl percebeu que o modelo de ciência utilizado até então era limitado, uma vez que não considerava o ser humano como “conhecedor”. Isto é, o fazer científico predominante da época prescindia do fato de que o cientista, enquanto ser histórico, era atravessado por diferentes significados, o que, inevitavelmente, interferiria em sua práxis. Qual seria, então, a relação entre o ser humano que investiga e o mundo?

Como nos mostra AmatuZZi (2009), Husserl

[...] estava interessado em encontrar um caminho para se chegar a esse sentido esquecido, para além da ciência convencional: uma reflexão que resgatasse a experiência comum, que dissesse de quê a ciência está falando e como é essa realidade que se apresenta. Isso não podia ser feito em laboratórios, pois envolve o ser humano e sua produção de significados. (AMATUZZI, 2009, p.94)

Desenvolver uma ciência baseada nessa questão exigiu, portanto, uma revisão dos diversos conceitos e aspectos tidos como naturais. Uma primeira e muito importante questão refere-se à noção de consciência. Para a fenomenologia, a consciência não é considerada como uma instância psíquica ou um lugar da mente, mas sim a um processo relacional. Trata-se sempre de uma consciência de algo, sendo necessária, dessa forma, a existência de um objeto. Da mesma forma, esse objeto só existe diante da consciência que o abarca. Dessa maneira, nenhum objeto existe por si só: seja ele físico, concreto, ou não – como um valor, ou uma crença, por exemplo. E é pensando nisso que se pode dizer que jamais temos acesso à coisa pura, ao fato, mas sim ao fenômeno.

O método fenomenológico propõe, então, um ‘retorno às coisas mesmas’, expressão utilizada pelo próprio Husserl para indicar esse rompimento com as atitudes naturais. Isto é, com as atitudes impregnadas de juízos de realidade, que nos impedem de voltarmos para a experiência em si mesma. A proposta de Husserl, portanto, é a de aproximar-se ao máximo do fenômeno, tentando colocar em suspenso nossos preconceitos. Só assim podemos percebê-lo em sua forma mais atual. Esse retorno à coisa mesma, como aponta Forghieri (1993, s.p. apud AMATUZZI, 2009) é o ponto de partida do conhecimento.

É interessante ressaltar que, como só temos acesso ao fenômeno, uma verdade nunca é a mesma para duas pessoas, ou até mesmo para uma mesma pessoa em momentos diferentes. E ainda, a veracidade de um dado objeto não é a questão fundamental, mas sim como aquele fenômeno toca a pessoa, o que ele desperta e o que ele mobiliza.

É também imprescindível, para a compreensão da fenomenologia, o conceito de intencionalidade, pois “não existe consciência pura sem intencionalidade nenhuma, assim como não existe conhecimento puro sem intencionalidade nenhuma.” (AMATUZZI, 2009, p. 95). Pela intencionalidade atribuímos um sentido, isto é, estabelecemos relação com um objeto. “A intencionalidade nos restitui o mundo; através dela percebemos que ele sempre esteve lá.” (AMATUZZI, 2009, p. 95).

Outro importante conceito da fenomenologia é o de vivência, que diz do modo como algo repercute na subjetividade do indivíduo, seja consciente ou não. A vivência mobiliza os afetos, dando direção às atitudes do sujeito antes mesmo que ele elabore qualquer conceito. Trata-se, portanto, de um movimento pré-reflexivo. Do contrário, a experiência indica um movimento que inclui a reflexão.

A partir da Gestalt-terapia com o viés de uma psicoterapia relacional dialógica, traremos alguns pontos observados na minha experiência clínica no atendimento a mulheres negras. Cada pessoa tem suas vivências e diferentes reações a essas vivências. Na tentativa de refletir sobre um ponto específico, selecionei algumas experiências similares das minhas clientes e também da escrita literária. O ponto proposto é o processo de saber-se negro(a). Para tanto, utilizarei os relatos de duas mulheres negras, com idade entre 29 e 33 anos e, ainda, os escritos da filósofa Djamila Ribeiro e do ator Lázaro Ramos.

3.2.1 Saber-se negro/negra

De acordo com a psicanalista Souza (1990, p. 17-18)

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.

Dessa forma, viver em uma sociedade estruturalmente racista é aprender, desde os primeiros dias de vida, que o ideal a ser seguido é o ideal branco, como foi explicitado nos capítulos anteriores. Segundo Souza (1990), “lutar contra a negritude em favor do ideal branco [...] consiste em tentar reverter a situação biológica do corpo, por meio de técnicas de

correção física.” (p.11). Há, portanto, uma recusa ao próprio corpo, aos traços negros, à cultura negra.

Cada pessoa têm uma vivência, uma consciência e uma intencionalidade, como vimos anteriormente. Aqui, devido à proximidade de vivências entre as pacientes (mulheres, negras em um contexto racista brasileiro), tratarei das similaridades dos processos de cada uma delas, fazendo uma ligação com a escrita literária de Ribeiro (2018) e de Ramos (2017).

No atendimento a mulheres negras, a relação com corpo aparece com muita frequência. Em algum momento da vida delas elas relatam terem tido a necessidade de alisar os cabelos, por exemplo. Para minhas clientes, esse processo começou no final da infância/início da adolescência e trouxe inúmeras questões sobre ser criança e ser adolescente negra. Somente após terem acesso a teorias e práticas relacionadas aos movimentos negros que elas conseguiram identificar e romper com os processos de “embranquecimento” aos quais submeteram os próprios corpos por anos.

Ainda que sejam mulheres negras, de famílias negras com discursos sobre o racismo em casa, o movimento de defesa para o racismo vivenciado diariamente foi a negação da própria negritude. Dessa forma, é possível observar o quão perverso são os efeitos do racismo nas subjetividades. As mulheres negras atendidas, em muitos momentos das próprias vivências, repetem o discurso racista de que a pessoa negra é inferior, ao se reconhecerem incapazes de ocupar determinadas posições sociais, ou determinados cargos, se reconhecendo, portanto, como inferiores.

As modificações no corpo, especialmente nos cabelos, também pode ser visto nos relatos da filósofa Djamila Ribeiro (2018):

Meu pai, autodidata e militante comunista do movimento negro, exigia que tirássemos boas notas e nos obrigava a ir à escola sem falta. Mas eu me perguntava se ele sabia o que acontecia lá. Se entendia quão difícil era aturar os xingamentos diários. Senti raiva dele muitas vezes, como quando dizia que eu devia ter orgulho das minhas raízes e me proibia de alisar o cabelo. “Isso porque não é no seu cabelo que eles escondem borrachas”, eu pensava. “E orgulho de que? De ser a neguinha feia do cabelo duro?” Eu não compreendia por que meu pai insistia em dizer que meu cabelo era lindo, em vez de simplesmente atenuar meu sofrimento permitindo que o alisasse. Eu chegava a colocar toalhas na cabeça quando estava em casa para simular fios mais longos. Com o tempo, ele cedeu, e minha mãe alisava meus cabelos e os da minha irmã em casa. Era um ritual de tortura, no qual ela acendia uma boca de fogão, deixava o pente de ferro ali até ficar pelando e passava nos fios. Aquilo era comum, mas inúmeras vezes o cabelo queimava: você sentia o cheiro e via os fios se desfazendo. Podia-se até queimar o couro cabeludo nos piores casos. A vontade de ser aceita nesse mundo de padrões eurocêtricos é tanta que você literalmente se machuca para não ser a neguinha do cabelo duro que ninguém quer. (RIBEIRO, 2018, p.14)

O relato é muito parecido com o que aparece na clínica com o atendimento às mulheres negras. As mulheres atendidas pelo fato de serem mais jovens, não passaram pelo ferro quente, mas seus corpos foram machucados e sofreram para que houvesse algum tipo de adequação nos cabelos para que chegassem perto do ideal branco de cabelos lisos.

Querer a mudança do próprio corpo para se inserir em um contexto que exclui pode ser pensado como a vivência de um sentimento de inadequação, que aparece nos atendimentos e também nos relatos dessa autora, como em:

Em 1988, precisei insistir para fazer a leitura principal no Dia do Livro. A professora havia escolhido uma colega de classe branca de cabelo liso que não lia bem. Eu já lia com fluência, mas mesmo assim a professora relutou. Já estávamos bem perto do dia da apresentação e a outra menina ainda não evoluía nos ensaios, então a professora não teve opção a não ser me escolher. Me saí muito bem no evento e recebi elogios de professores e pais.

Mais de uma vez fui premiada por estar entre os melhores alunos da escola. No Anuário Escolar de São Paulo de 1990, com os nomes dos estudantes que tiraram melhores notas no ano, lá estava eu como aluna do Colégio Moderno dos Estivadores. Eu tinha dez anos na época. Meus pais e eu ficamos muito felizes. Ainda tenho a foto da minha mãe me entregando um livro de presente pelo meu desempenho. Apesar do orgulho visível em meus olhos, sentia uma força agindo sobre mim que muitas vezes me impedia de falar ou existir plenamente em alguns espaços.

Como passava muito tempo sozinha, eu fantasiava demais. Achava que, se ficasse na frente do prédio, um olheiro de passagem acabaria me chamando para ser modelo. Eu estamparia capas de revistas e meus colegas sentiriam inveja de mim. Às vezes eu me imaginava fora das situações cotidianas para não enfrentar a realidade. Esses momentos aliviavam a náusea, mas o sentimento de inadequação permanecia. (RIBEIRO, 2018, p. 11)

De forma semelhante, uma das mulheres atendidas relatou um sentimento de alívio, que eu chamo aqui de adequação, ao ir a um país africano e ver todas as pessoas da sua cor. Ela, que está inserida em diversos ambientes onde é a única negra, como no trabalho, percebeu, nesta ocasião, o esforço que faz diariamente para se adequar a esses ambientes e ser, portanto, aceita. Essa cliente relata ainda que viu na viagem várias crianças saindo da escola, muitas meninas com os cabelos trançados. Imediatamente lembrou a própria infância na escola, quando a mãe trançava seus cabelos e ela era a única menina usando tranças. Por conta disso, eram-lhe atribuídos apelidos. “Como seria mais fácil se eu estudasse em uma escola onde as outras meninas também usassem tranças como as minhas”, disse ela.

Uma das formas dessas mulheres negras driblarem esse sentimento de inadequação, além das mudanças no próprio corpo, é serem as melhores em tudo o que fizerem. Segundo os relatos nos atendimentos, há uma enorme auto cobrança para que sejam sempre as melhores. E mesmo assim, em muitos casos, não conseguem receber a promoção no trabalho, ou passarem no concurso ao qual se candidataram. No lugar delas, pessoas brancas, às vezes com

menor qualificação, ocupam as vagas. Ser sempre a melhor em todos os campos da vida traz muito sofrimento às clientes, pois elas precisam se dedicar mais para terem os mesmos resultados que as pessoas brancas ao redor. Na medida em que as pacientes relatam as situações e os contextos vivenciados, elas vão ampliando a visão sobre si e sobre as próprias relações identificando, ainda que com muita dor, as situações racistas que vivenciam cotidianamente.

O reconhecimento de que a inadequação está na estrutura e não na própria pessoa é, de certa forma, libertador. É comum as mulheres negras atendidas se sentirem culpadas por não conseguirem o sucesso almejado: “O que deixei de fazer?” - se perguntam. Mas, ao perceberem que não conseguiram por conta da estrutura racista que não lhes permite que também possam ocupar determinados cargos e espaços, retiram o peso do fracasso de si mesmas. Esse é o processo que chamo, nesse capítulo, de saber-se negra(o). Djamila Ribeiro (2018) relata, a esse respeito, que

A sensação de não pertencimento era constante e me machucava, ainda que eu jamais comentasse a respeito. Até que um dia, num processo lento e doloroso, comecei a despertar para o entendimento. Compreendi que existia uma máscara calando não só minha voz, mas minha existência. (p.15).

Ao questionar o sistema e não a si mesmas, as mulheres negras atendidas começam a romper com a estrutura racista. Aceitam-se, sabem-se negras e entendem, por exemplo, que o amor que não receberam não foi por uma falha delas, ou por não serem merecedoras, mas pela falha da estrutura social em que estão inseridas, que é racista. Com isso, conseguem quebrar o ciclo do que lhes foi ensinado sobre amar. Para Ribeiro (2018)

Foi graças a Morrison² que percebi que, adoecida pelo racismo, eu precisava encontrar formas de me libertar para não amar de forma adoecida também. Entendi que o amor, por mais que me tivesse sido negado de várias formas, era um direito. E que viria a partir do momento em que eu tivesse coragem de olhar para dentro de mim com sinceridade para retirar o mal que fora colocado ali com tanto silenciamento. (p.20)

Com base nos atendimentos e nos relatos literários, fica evidente a importância das estratégias de fortalecimento das pessoas negras. A partir do movimento de se saberem negras, é imprescindível uma rede de afetos, em muitos casos, também negra. Assim, é possível compartilhar experiências e se reconhecer nas experiências dos outros.

² Tony Morrison, escritora negra norte americana. Djamila se refere ao livro “O olho mais azul”.

Uma outra estratégia é ter representantes negras em posições historicamente ocupadas por pessoas brancas. Assim, rompe-se com a estrutura vigente e é possível passar a mensagem para as outras pessoas negras de que ali também é um lugar que elas podem e devem ocupar. Mas estar nesses lugares tem um custo. Não é fácil ser a única pessoa negra em um cargo ou posição social. Nos atendimentos, isso aparece como uma dúvida: “Será que vale a pena eu passar diariamente pelo enfrentamento de ser a única pessoa negra nessa posição? Mas se eu desistir, pode ser mais difícil vir outras pessoas negras”, relata uma das atendidas.

Na prática clínica não temos nenhuma certeza. Ela é dialógica, pois se dá no encontro e no processo. As reflexões sobre as questões raciais que aparecem também seguem esse caminho. Sem certezas, com muitas perguntas e com todas as possibilidades de mudanças a todo momento. Sobre essas possibilidades de mudanças e também compartilhando de incertezas, Lázaro Ramos (2017) relata que

Hoje posso dizer que meu lugar é aquele onde eu sonhei estar. E talvez você ache que é justamente por isso que resolvi implicar com esse que foi meu mantra por anos, mas a vida é assim, a gente reformula nossas opiniões e certezas o tempo todo. Será que quando eu digo essa frase para um menino negro que mora numa comunidade não estou sendo de alguma forma simplista demais? Claro que eu acho que o lugar dele é onde ele sonha estar, mas me pergunto se não deveria primeiro dizer a ele que é importante que ele busque seu próprio sonho e não o de outra pessoa. Porque o racismo prega peças, nos faz muitas vezes desejar a identidade do outro. Acho que devo lembrá-lo também que o caminho será difícil e que ele não terá as mesmas chances de um menino branco, por exemplo. Mas não me desfaço da frase, ainda acredito que o lugar de cada um é aquele onde ele deseja estar. (p.63)

Acreditamos que uma clínica antirracista é a que possibilita às pessoas negras que elas reconheçam seus próprios desejos, rompendo com os desejos impostos pela estrutura racista para que sejam aceitas. Ela é a que possibilita, também, que as pessoas negras reconheçam onde realmente desejam estar, conforme afirma Ramos (2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse trabalho foi refletir sobre a prática clínica no atendimento a pessoas negras. Como já exposto, consideramos de extrema importância que a psicóloga e o psicólogo saibam o que é racismo para que, no atendimento, visualize, juntamente com a pessoa negra atendida, seus contextos pessoal e social e neles entenda, por exemplo, o que é consequência do racismo sofrido e o que é consequência das escolhas da pessoa.

Se tudo for visto como consequência do racismo, a pessoa pode cair no discurso de vítima, sem se responsabilizar pelas próprias escolhas. Por outro lado, se o racismo for ignorado, a pessoa pode carregar o peso das violências sofridas como culpa, ou como incapacidade.

Como nós, profissionais da psicologia, podemos contribuir para que nossos clientes negros tenham o campo necessário, a partir da nossa relação sem preconceito, para acessarem suas dores e suas alegrias? Oliveira (2008) sugere um olhar atento do profissional da psicologia para que se permita ser tocado pelo sofrimento das outras pessoas. É possível que uma pessoa branca tenha empatia para com o racismo sofrido pelas pessoas negras, por mais que a pessoa branca nunca chegue a passar por esse sofrimento.

A provocação aqui almejada foi propor reflexões sobre a racialização das pessoas brancas, bem como retirar as pessoas negras dos lugares de objetos da ciência, colocando-as como agentes da ciência e da Psicologia. Com isso, propomos que os estudos e entendimentos das questões raciais não devem ser abordados somente na Psicologia Social, mas também na Clínica, considerando que todas as relações no Brasil são raciais.

O presente trabalho é fruto também da crença de que é possível criar um espaço no qual a relação cliente/terapeuta possibilite curas e novas vivências no atendimento a pessoas negras. Segundo Giovaneti (2017), para que haja o encontro terapêutico é necessário que duas situações aconteçam: uma é a sedimentação da confiança do cliente e a outra é a escuta do terapeuta. É na relação terapeuta/paciente que ocorre o encontro, o estabelecimento da confiança básica para que o paciente se desvele. E essa confiança é construída na relação, de acordo com a postura de respeito e de escuta do/a terapeuta.

Para que a escuta seja efetiva é necessário que o(a) terapeuta: se distancie de si mesmo, seja humilde em reconhecer que não sabe sobre o cliente e renuncie aos seus próprios projetos (GIOVANETI, 2017). Ou seja, o(a) terapeuta tem que ter um intenso trabalho para se distanciar dos próprios pré-conceitos, certezas e verdades absolutas para que o(a) paciente

seja acolhido em sua fala e em sua atitude. É necessário, portanto, humildade ao assumir que não se sabe nada da pessoa que chega ao consultório. A teoria e o método devem ser colocados como apoio e, no momento do atendimento, as atenções devem estar totalmente voltadas à relação que ali se estabelece.

A partir das reflexões propostas, ressaltamos que ser uma psicóloga clínica da abordagem dialógica relacional antirracista é conhecer as teorias, mas não somente isso. É passar por um processo muito mais amplo e complexo. É preciso, além do aporte teórico, estar em constante reflexão sobre si e sobre os próprios processos, para que seja possível acolher as questões trazidas pelas pessoas que nos procuram. É saber-se inserido em um contexto maior, sem ignorar que as relações cotidianas e profissionais são marcadas por esse mesmo contexto. Por isso, os desafios e os consequentes aprendizados são constantes desse trabalho.

REFERÊNCIAS

AUGRAS, M. **O ser da compreensão: fenomenologia da situação de psicodiagnóstico.** Petrópolis: EDITORA, 2012.

ATLAS da Violência 2017. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasília, 5. jun. 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em: 01 mar. 2019.

ATLAS da violência 2018. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf. Acesso em: 01 mar. 2019.

BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (Org.). **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil** Petrópolis: Vozes, 2003, p. 25-57. Brasil. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política nacional de saúde integral da população negra: uma política do SUS. Brasília, Ministério da Saúde, 2013.

CARDOSO, C. L. Aspectos filosóficos, teóricos e metodológicos da Gestalt-terapia. **Revista Psique**, v. X, ano 9, n. 14, p. 47-65, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas/os.** Brasília, 2017. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes-raciais-referencias-tecnicas-para-pratica-dao-psicologao/>. Acesso em: 01 de out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução** Nº 018/2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em: 01. out. 2018.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Bahia: Edufba, 2008.

FORGHIERI, Y. C. (1993). Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisas. Citado em Amatuzzi, M. Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. Estudos de Psicologia. Campinas, p.93-100. 2009.

GIOVANETTI, J. P. **Psicoterapia fenomenológico-existencial: fundamentos filosóficos-antropológicos.** Via Vêrita: Rio de Janeiro, 2017

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade:. 2005, p.39–62.

GOUVEIA, M.; ZANELLO, V. Saúde mental e racismo contra negros: Produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n.3, 2018, p. 450-464.

HYCNER, R.; JACOB, L. **Relação de cura em Gestalt-terapia**. Summus: São Paulo, 1997.

ÍNDICE de Vulnerabilidade juvenil à violência 2017. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/10/FBSP_Vulnerabilidade_Juveni_Violencia_Desigualdade_Racial_2017_Relat%C3%B3rio.pdf. Acesso em: 01 mar. 2019.

LIMA, M.E.O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**. Cidade, v. 9, n.3, 2004, p. 401-411.

MBEMBE, A. **Crítica da razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2018

MUNANGA, K. Prefácio. In: CARONE, I., BENTO, M. A. (Org.). **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil** Petrópolis: Vozes, 2003, p. 9-11.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

OLIVEIRA, G. Contraste. Monografia (Curso de Formação em Gestalt-terapia). **Instituto Gestalt de São Paulo**. São Paulo, 2008.

FILIPPIN, R. F.; FILIPPIN, C. C. S. Racismo ambiental e explosividade social na Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi: o descaso com a participação da sociedade na instalação das usinas hidrelétricas. In: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis: UFSC, 2007. p. 521-536. Apud PACHECO, T. Por dentro do racismo ambiental. In Henrique Nunes, Caderno 3, Fortaleza, 20 de novembro de 2006.

RABELO, J. B. Conflitos ambientais gerados pelo racismo ambiental no processo de implantação do Conselho Gestor da Rebio Serra Negra em terras indígenas, PE. **Caderno de Estudos Sociais**, v. 25, n.2, julho – dez, 2010, p. 303-321.

RAMOS, L. **Na minha pele**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte Letramento: 2017.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, E. O. Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo. **Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**. UESB. V.2, n.4, jul – dez, 2017, p. 166-178.

SCHUCMAN, L. V. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia Social). **Programa de pós-graduação em Psicologia**, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

TAVARES, J. S. C. Suicídio na população negra brasileira: nota sobre mortes invisibilizadas. **Revista Brasileira de Psicologia**, v.4, n.1, Salvador, 2017, p. 73-75.

TAVARES, N. O.; OLIVEIRA, L. V; LAGES, S. R. C. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, out/dez 2013, p. 580-587.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**. Homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso, 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 01. out.o 2018.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2016**. Homicídios por arma de fogo no Brasil. Brasília: Flacso, 2016. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 01. out. 2018.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e sociedade**. São Paulo, v.25, n.3, set 2016, p.535-549.